

# Apresentação

Para celebrar os vinte anos de vida, o Comitê Editorial dos *Cadernos Metrôpoles* decidiu propor, à comunidade acadêmica, a reflexão sobre a relação entre as metrópoles e o atual padrão de expansão do capitalismo. A nossa intenção é retornar ao tema central que justificou a criação do periódico e permitiu a renovação da reflexão sobre o que poderíamos designar como a problemática das grandes cidades, que atravessa inúmeros campos disciplinares e diversos modos de pensar a relação entre sociedade e território. Retorno que nos pareceu relevante tendo em vista a vasta literatura produzida nos últimos anos sobre as mudanças do capitalismo sob os impactos das “grandes transformações contemporâneas” iniciadas na década de 1970 com os sucessivos ciclos da reestruturação produtiva, da globalização, da neoliberalização e da financeirização. Esperávamos que a proposta suscitasse interesse em diversos campos acadêmicos com expressiva oferta de artigos, dada a contemporaneidade do tema e a da interrogação teórica nele implícita. Tivemos a grata surpresa de receber um grande número de excelentes artigos, o que nos motivou a organizar dois volumes sobre o mesmo tema.

É conhecida, na literatura, a relação de mútua determinação entre metrópole e capitalismo como um sistema de produção, circulação e consumo de mercadorias. Com efeito, enquanto espaço de concentração de poder, a metropolização de algumas cidades expressa a capacidade das forças do capitalismo de se apropriar e de reorganizar a rede urbana gerada em fases históricas em bases materiais de dominação territorial dos fluxos de troca de bens, serviços e moedas, sem as quais o capitalismo não se liberaria de uma realidade intersticial do mercado local, das feiras ocasionais, enfim das trocas diretas. No capitalismo industrial, as metrópoles expressam mais que a concentração do poder político, pois é nelas que estarão concentradas as forças produtivas que permitirão ao capital penetrar e reorganizar o mundo da produção das mercadorias. Entre elas, sem dúvida, está a força de trabalho disponibilizada como um mercado de mão de obra

possibilitado pela concentração territorial da população, desvinculada dos meios de produção e de sobrevivência. Mas as metrópoles mantêm sua relação como poder, na medida em que uma rede urbana hierarquizada no plano internacional, no modelo metrópole-satélite, permite o controle colonial e imperialista de vastos e longínquos territórios dos quais são extraídos recursos que sustentam a agora máquina capitalista de produção incessante de mercadorias.

As “grandes transformações contemporâneas” do capitalismo, mencionadas anteriormente, não eliminaram essa relação de mútua determinação entre metrópole e capital. Com efeito, muito embora, na segunda metade dos anos 1980, parte da literatura dos estudos urbanos anunciasse a virtual obsolescência das metrópoles, em razão de impactos combinados da reestrutura produtiva, da globalização e do início da financeirização, propagando a desterritorialização do capital, estudos posteriores evidenciaram que elas continuaram espaços relevantes de fixação dos circuitos da produção, da circulação e do consumo, além de manterem seu papel de expressão do poder político.

No entanto, novas questões emergiram nessa relação, em função das mudanças no capitalismo, na direção do que vem sendo reconhecido como a natureza rentista do capital. A forma mais sintética de resumir tais mudanças justificadoras do uso da expressão “novo padrão” é o poder adquirido pelo capital de se apropriar de parte significativa da mais-valia, sem a necessidade de estar diretamente implicado no controle do trabalho que a produz. O poder de acumulação do capital – e, portanto, da sua autoexpansão – está fundado no controle das condições que regulam a distribuição da mais-valia, pela importância das relações de propriedade de ativos intangíveis (marcas e patentes), do conhecimento e do dinheiro na organização dos processos produtivos, como vem sendo evidenciado por inúmeros analistas. Em outras palavras, podemos identificar esse novo padrão do capitalismo pelo fato de ele se organizar a partir do poder de monopólio adquirido por diversas formas de capital fictício (antigas e novas) nos processos de valorização e entre o capital-dinheiro. Como correlato a essa transformação do padrão do capitalismo, as formas da extração da mais-valia identificadas classicamente na obra de Marx deixam de fundar-se na acumulação ampliada pela permanente revolução das forças produtivas, com a expansão dos meios de produção, ressurgindo, no capitalismo, as antigas e renovadas formas da acumulação primitiva, além daquelas baseadas no poder de apropriação, punção e centralização em direção a centros de acumulação mais fortes que outros.

Como advertem os autores mencionados, a atual natureza rentista do capitalismo, associada à dominância do capital-dinheiro, que vem sendo denominada financeirização, resulta das “grandes transformações contemporâneas” mencionadas: reestruturação produtiva, globalização e neoliberalização, aumentando o poder do capital ante o trabalho e reestruturando as suas relações com os Estados Nacionais, com as suas correspondentes sociedades e com as metrópoles.

Na relação com o trabalho, a acumulação rentista tem como primeira consequência a destruição parcial do pacto social que ficou reconhecido na literatura como “regime fordista de acumulação”, que emergiu das condições políticas e sociais presentes após a Segunda Guerra

Mundial, especialmente nos países europeus. Como se sabe, aquele pacto permitiu que a classe trabalhadora organizada impusesse, ao capital industrial, uma agenda de desenvolvimento econômico, centrada na produção em massa de bens duráveis, associada à valorização dos salários e à manutenção do pleno emprego, estando resguardada por um amplo sistema de proteção social e por políticas de bem-estar operadas pelo Estado. Esse pacto prevaleceu e impulsionou dinamismo do capitalismo nos chamados “trinta gloriosos” e permaneceu relativamente estável entre 1945 e 1974; período em que vigorou também um controle restritivo para evitar excessos cometidos pelo capital-dinheiro (ou financeiro) que ainda era tido como o principal responsável pela grande crise econômica instalada nos países centrais, em 1929. Mas, na década de 1970, esse arranjo começou a entrar em crise e foi sendo enfraquecido por uma série de medidas, adotadas com o objetivo de superar as crescentes dificuldades que o capital produtivo enfrentava para valorizar o capital investido na produção. Medidas em grande parte direcionadas para a esfera trabalhista, tendo afetado os níveis de emprego e levado a uma progressiva precarização das condições contratuais de trabalho. Algo que envolveu também mudanças nas estratégias de implantação de unidades produtivas, que passaram a operar em um mercado internacionalizado de oferta de mão de obra (incluindo-se aí a entrada dos países do antigo bloco soviético, que possuíam um custo de reprodução da força de trabalho muito mais baixo que o restante da Europa), com a manutenção de altas taxas de desemprego, com baixos níveis de crescimento econômico e com uma expansão cada vez mais centrada em fusões e aquisições.

Na relação entre capital e o Estado Nacional, observam-se mudanças importantes na articulação sinérgica, fundadora do capitalismo como sistema histórico, entre a lógica territorialista de acumulação e a lógica capitalista do poder. Os estados nacionais tornam-se crescentemente dependentes do acesso ao capital financeiro global para existirem como poder, em razão da crescente corrosão das bases fiscais do seu financiamento, fato expresso no crescimento do endividamento público. Ao mesmo tempo, o montante da dívida pública bem como os padrões da sua gestão tornaram-se momentos ativos do avanço da dominância financeira no funcionamento do capitalismo global. O outro lado da mudança da relação entre capital e o Estado Nacional expressa-se em uma política cambial crescentemente submetida à necessidade de gerar *superávits* comerciais e financeiros para atender aos imperativos das relações com o mercado financeiro global. Essas duas forças vêm transformando alguns Estados Nacionais em verdadeiras plataformas de valorização e reciclagem do capital financeiro global, como é o caso do Brasil. Seja por um lado, seja por outro, aquela relação sinérgica entre lógica territorialista de acumulação e lógica capitalista de poder vem desaparecendo, e o capitalismo aproxima-se do padrão clássico do capitalismo monopolista de Estado, desaparecendo (ou ao menos enfraquecendo) as clássicas separações entre Estado e mercado. São desencadeadas forças e pressões para tornar o Estado um estado funcionando sob lógica semelhante à do capital, fato que vem sendo descrito através do conceito de Estado Empresarial. Como consequência, o Estado Nacional perde a sua capacidade de governar a sua população e o seu território no padrão anterior, no qual funcionava

a dialética entre a função da acumulação e a função da legitimidade. Por outras palavras, a ação do Estado diante do mercado deixa de ser o resultado prático dos embates políticos entre forças e interesses que se organizam em torno dessa polaridade, mas as concepções, os modelos e o instrumento da gestão do Estado são redesenhados para internalizarem a lógica do capital expressando-se em novos padrões de governança, planejamento, regulação, financiamento, etc. Não se trata mais do Estado que funciona para o mercado, mas do Estado gerido diretamente pelo mercado. O pleito brandido em todos os recantos do mundo “Banco Central autônomo” talvez seja a sua maior expressão. Mas a transformação da relação capital e Estado Nacional também se torna evidente nas mudanças regulatórias e organizacionais da gestão do território, nas quais se observam dinâmicas de reescalonamento das funções dos vários níveis e instâncias do antigo arcabouço homogeneizador do Estado Fordista. Os princípios da solidariedade territorial que fundavam modelos de gestão redistributivos e universalizadores de bem-estar são substituídos pelos princípios da competição e da fragmentação, a partir do suposto que a criação de situações de mercado, ao alavancar as capacidades criativas de cada localidade, permite maior nível de bem-estar para todos.

Esse tema nos leva ao das mudanças entre capital e metrópole. Dois aspectos merecem destaques. O primeiro decorre do caráter essencialmente global do capitalismo rentista fundado na dominância financeira. As metrópoles que ocupam posições relevantes na dinâmica global da acumulação são marcadas por dinâmicas econômicas e sociais dissociadas dos seus *hinterlands* nacionais, sobretudo, aquelas que integram a periferia e a semiperiferia. Isso ocorre, essencialmente, em razão de as metrópoles deixarem de exercer a função de concentração das forças produtivas, que foi fundamental na sustentação do capitalismo, em sua fase industrial. Por essa função, a relação entre capital e metrópole era de alguma forma de solidariedade, no sentido em que as condições urbanas integravam dimensões relevantes da economia de aglomeração, necessárias à manutenção sem entraves do movimento do capital nelas enraizados. No padrão industrial do capitalismo, planejar e regular o território metropolitano também poderiam interessar às forças do capital, por constituir o marco da sua valorização. O meio ambiente urbano deveria ser desenvolvido de maneira a se constituir como momento ativo da reprodução do capital industrial e da força de trabalho. No atual padrão do capitalismo, a metrópole deixa de exercer essa função ante a lógica da acumulação rentista e passa a ser objeto de múltiplas vias de valorização do capital fictício. O meio ambiente construído, sua produção, renovação, expansão, passa à condição de momento ativo de uma lógica especulativa, operada por atores do capital fictício. Assim, demanda padrões de planejamento, arcabouços regulatórios e padrões de gestão urbana que não apenas criem as condições de valorização dessa forma de capital, como também, e sobretudo, mantenham a possibilidade de realização de sua essência: a combinação entre rentabilidade e liquidez. Nesse sentido, torna-se necessário entrar no reino da mercadoria e criar um novo urbanismo neoliberal em suas concepções e mercantilizador em sua operação.

O segundo aspecto a mencionar é que esse urbanismo neoliberal e mercantilizador também passa a ser incentivado pelo Estado, em função da sua necessidade de usar a dinamização dos territórios metropolitanos como estratégia de atração do capital fictício global. Esse capital financia as relações comerciais e financeiras internacionais e sua própria ação, em um quadro de crise fiscal e explosão da dívida pública. São expressões: a criação de marcos regulatórios pró-mercado, de instrumentos de financiamento que incorporem a moradia e os serviços coletivos, via o mercado de capitais, de modelos de operações urbanas baseadas nas chamadas parcerias público-privadas, que delegam, ao capital, a função de desenho, a execução de obras e mesmo a prestação de serviços e de regimes especiais de concessão, associados ao uso dos fundos públicos, como estratégias para atrair capitais globais. Em resumo, no novo padrão do capitalismo rentista, a produção do espaço urbano na metrópole também muda, em função do seu papel ativo na nova relação que estabelece entre capital e o Estado Nacional.

Nesse processo, a dinâmica macrossocial de mudança e os fenômenos imbricados nas já mencionadas grandes transformações contemporâneas aglutinaram os estudos urbanos/metropolitanos em torno de dois grandes eixos: o primeiro deles aborda a metrópole como resultado de processos macrossociais, ligados à globalização e dela decorrentes; o segundo refere-se aos fenômenos que ocorrem dentro das aglomerações metropolitanas, na intersecção entre o global e o local, e busca compreender suas lógicas, numa perspectiva intraurbana.

O conjunto de textos publicados neste volume dos *Cadernos MetrÓpole* remete a essas lógicas, abordando fenômenos em curso no interior das cidades contemporâneas, cuja expressão espacial repercute nas muitas dimensões da vida social. Emerge daí a ação do Estado e dos movimentos sociais urbanos demandando formas inovadoras de governança urbana/metropolitana e assinalando a presença de novos atores sociais. A diversidade dos temas tratados, as possibilidades apresentadas pelos enfoques teórico-metodológicos e a riqueza dos estudos de caso expressam a complexidade da questão urbana e permitem uma leitura abrangente de fenômenos em curso nas cidades da América Latina e do Brasil, numa perspectiva multidisciplinar.

No primeiro texto deste número, *Os sentidos da metrópole: balanço conceitual com base nas publicações dos Cadernos MetrÓpole*, Olga Lucia Castreghini Freitas-Firkowski e Patricia Baliski analisam os sentidos da metrópole e propõem um balanço conceitual com base nos artigos veiculados pelo conjunto de números do periódico, em seus vinte anos de existência.

Nesse balanço, são destacadas as matrizes teóricas, os principais conceitos e as metodologias que embasaram os textos ali publicados sobre a metrópole e sobre os processos de metropolização em sociedades contemporâneas, apontando os rumos e o alcance das análises realizadas. Conforme as autoras, a revista constituiu importante veículo de divulgação de pesquisas relacionadas às metrópoles e a seus temas mais relevantes, e seu escopo internacional possibilitou a publicação de autores de várias nacionalidades, com destaque para os textos sobre as metrópoles brasileiras. Trata-se de trabalho detalhado e cuidadoso que permite refinar o olhar sobre a natureza do que

vem sendo produzido no âmbito da revista, sobre metrópole e metropolização, e situar como os autores têm se posicionado diante dessa temática, ao longo do período analisado.

O segundo texto, *Cambios neoliberales, contradicciones y futuro incierto de las metrópolis latinoamericanas*, de autoria de Emilio Pradilla Cobos, discute como o neoliberalismo e os ciclos de crescimento econômico subordinados à acumulação capitalista mundial, aliados a uma crise social prolongada, têm alterado as estruturas socioeconômicas e territoriais na América Latina. Nesse contexto, aponta como os governos nacionais e o poder local, mesmo os defensores de uma ideologia de “esquerda”, perderam sua função reguladora e acabaram por favorecer a atuação do capital privado, frustrando expectativas populares de mudança social e descortinando um futuro incerto para a sociedade. O autor alerta que parte importante da pesquisa urbana no contexto latino-americano se fundamenta em teorias importadas e, devido a isso, não formula explicações adequadas nem políticas alternativas eficazes. Coloca a necessidade de se elaborarem teorias adequadas às nossas formações sociais particulares que possibilitem explicar e superar os problemas gerados pela “acumulação selvagem de capital” e que sirvam de parâmetros para a formulação de um projeto de cidade que acolha os movimentos sociais e permita recolocar a utopia urbana como orientação para o trabalho das organizações políticas.

Pradilla Cobos alerta, também, para a necessidade de se conquistar o direito a uma cidade nova e diferente da cidade capitalista neoliberal, em que sejam contemplados, especialmente, os interesses e as necessidades das classes populares.

Dando sequência ao debate, o artigo de Carlos Eduardo Martins, *O sistema-mundo capitalista e os novos alinhamentos geopolíticos no século XXI: uma visão prospectiva*, discute, em perspectiva de longa-duração, os efeitos dos processos da financeirização do capital, com destaque para a crise de hegemonia do eixo “atlantista” da economia mundial e o declínio das potências marítimas que tradicionalmente dirigiram a civilização capitalista. Analisa, também, o deslocamento do dinamismo econômico para a China e para o Leste Asiático apontando a ascensão dos regionalismos, como fundamento geopolítico da economia mundial e da construção de um sistema-mundo multipolar.

Enfatiza, nessa reflexão, as principais características da conjuntura mundial contemporânea e suas tendências cíclicas e seculares, bem como as configurações de poder dominantes e conflitantes. Assinala os novos alinhamentos geopolíticos e as configurações de poder que se delineiam para os próximos anos.

No ensaio *A metrópole para além da nação: globalização e crise urbana*, Maurilio Lima Botelho coloca em debate o papel das grandes cidades e das regiões metropolitanas na economia global, enfatizando as contradições entre a concentração de riquezas e o desemprego nas metrópoles de hoje, gerando exclusão social e desconexão entre produção e trabalho. Reflete sobre o significado do surgimento das cidades globais, de natureza transfronteiriça e cujas dinâmicas superam escalas tradicionais e devem ser compreendidas no âmbito de uma crise urbana global.

Toma, como exemplo de suas análises, os casos das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro, nas quais as taxas de desocupação estão acima da média nacional e só não são maiores devido ao aumento da informalidade no mercado de trabalho. De fato, concentrando boa parte da produção industrial do País e grande parcela das atividades financeiras, essas metrópoles mais dinâmicas apresentam um número expressivo de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, sinal de uma dissociação entre produção de riqueza e oportunidades de emprego.

Na sequência e dando continuidade ao debate, as relações entre finanças e metrópole são focalizadas por Jeroen Klink, no artigo *Metrópole, moeda e mercados. A agenda urbana em tempos de reemergência das finanças globais*. Nesse texto, o autor discute a importância da complementaridade entre a economia política e os estudos sociais das finanças, para a compreensão dos mecanismos pelos quais o capital financeiro se articula com a (re)produção da metrópole. Depois de apresentar alguns conceitos básicos para os estudos sociais das finanças à luz da abordagem ortodoxa das finanças corporativas, Klink analisa dois exemplos relevantes para o contexto brasileiro: a securitização dos tributos e a precificação da água na Grande São Paulo. O texto traz, também, recomendações para uma agenda de pesquisa que articule a economia política com os estudos sociais das finanças urbanas.

Nesse quadro de grandes contradições entre capital e trabalho no espaço das cidades, o texto de Giselle Kristina Mendonça Abreu, *Invisible production spaces in metropolitan areas: uncovering micro-urban manufacturing in the case of São Paulo, Brazil*, discute as drásticas transformações sofridas pelas atividades industriais nas áreas metropolitanas brasileiras, tendo como base o caso de São Paulo. O estudo traz uma nova perspectiva aos debates sobre economias urbanas à medida que coloca em destaque a microindústria urbana, de grande importância para a economia brasileira, mas geralmente pouco valorizada pelos estudos e pelas práticas ligadas ao planejamento urbano. Partindo desse suposto, a autora recupera a relação entre atividade econômica e desenvolvimento urbano na construção histórica da cidade de São Paulo, para analisar, em seguida, a microindústria como um segmento específico no contexto da atividade industrial. Destaca sua relevância, ubiquidade e resiliência; examina as atividades que abrange, bem como sua heterogeneidade; e identifica a presença de duas geografias distintas dessa microindústria urbana em São Paulo. A importância do texto reside, além da originalidade, na possibilidade de ilustrar processos mais amplos discutidos por outros autores neste número da revista.

O artigo de Luís Mendes e Ana Jara, *Supergentrificação e capitalismo financeirizado: as novas fronteiras do espaço-capital na Colina de Santana, Lisboa*, coloca em debate a financeirização do espaço urbano e as transformações espaciais daí decorrentes, na etapa atual do desenvolvimento capitalista. Tendo como palco a cidade de Lisboa e, mais especificamente, sua área central, os autores discutem a onda de "supergentrificação" observada na última década na Colina de Santana. Esse processo foi engendrado por importantes forças motrizes do mercado imobiliário

local, e suas alianças internacionais, que promoveram a maximização da produção capitalista do espaço, agravaram a segregação residencial e aumentaram a polarização social. Os autores apontam, também, que essas transformações no espaço urbano se intensificaram em Portugal como resultado da crise capitalista de 2008-2009, com a adoção de novos modelos de gestão e de desenvolvimento do território e atendendo aos compromissos do Programa de Assistência Financeira Internacional, que condicionaram a atuação do Estado e dos setores públicos e privados, com efeitos perversos para as cidades e seus cidadãos.

Os mesmos efeitos perversos do neoliberalismo urbano estão também presentes nas grandes metrópoles brasileiras. O texto de Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Cláudia Monteiro Fernandes, *Vulnerabilidade ocupacional e social nas grandes metrópoles brasileiras*, constitui importante contribuição a esse debate e destaca que as transformações contemporâneas do capitalismo, a mundialização da economia, a financeirização da riqueza e o avanço das ideias e das políticas neoliberais estão na origem das sucessivas crises econômicas, que acentuam as desigualdades e as carências sociais. O texto analisa a evolução das condições de vulnerabilidade ocupacional e social nas grandes metrópoles brasileiras no início do século XXI, apontando, a partir da análise de dados da PNAD contínua, as tendências em relação ao emprego e à perda de conquistas da cidadania urbana.

De acordo com as autoras, a redução das funções reguladoras do Estado e de suas responsabilidades sociais aliada ao enfraquecimento da democracia e da cidadania social ampliaram as vulnerabilidades da população, transformando as grandes metrópoles brasileiras no epicentro da crise social no País. O texto discute, ainda, como evoluem as condições de vulnerabilidade ocupacional e social nessas metrópoles, contribuindo para a compreensão crítica da realidade e assinalando o limitado alcance das políticas sociais vigentes.

O nono artigo deste volume intitula-se *Reflexiones en torno a las metástasis de las desigualdades en las estructuras educativas latinoamericanas*. O seu autor, Ruben Kaztman, utiliza, de forma ilustrativa e pedagógica, a analogia da "metástase" para referir-se à forma pela qual as desigualdades econômicas implicam desigualdades em outras dimensões sociais, sobretudo a educativa. Segundo ele, as desigualdades econômicas causaram a ruptura do tecido social nas grandes cidades da América Latina devido, principalmente, à mercantilização dos serviços básicos (saúde, educação, transporte, lazer, etc.) e à privatização crescente das operações imobiliárias. A partir desse suposto, indaga quais são os mecanismos macro e microsociais que canalizam as desigualdades para um acesso também desigual aos serviços básicos e como isso impacta na própria convivência urbana.

Para responder a essas questões, Kaztman traça um panorama sintético das tendências recentes na América Latina quanto às desigualdades e à ruptura do tecido social urbano; analisa as possíveis consequências sociais negativas das desigualdades econômicas para, então, refletir sobre como estas impactam as estruturas educativas. O autor também apresenta argumentos



que facilitam a compreensão da “metástase” das desigualdades e coloca algumas questões prioritárias para uma agenda acadêmica regional sobre o tema.

No âmbito das discussões sobre cidade, poder político e governança, o artigo de Alessandro Ferreira Cardoso da Silva, Maria do Livramento Miranda Clementino e Lindijane de Souza Bento Almeida, *Governança colaborativa e regimes urbanos: convergências inesperadas em tempos difíceis*, apresenta uma proposta teórica e metodológica que aproxima a teoria dos regimes urbanos e os processos decisórios da política urbana. Para os autores, aspectos importantes das transformações urbanas recentes, como a concorrência desenfreada por investimentos privados, o planejamento estratégico e a mercantilização dos espaços públicos, podem ser mais bem compreendidos à luz dos processos decisórios envolvidos na formulação dessas políticas. Situa essa aproximação no contexto mais amplo da transição de uma economia regulada pelo Estado, com a centralidade no planejamento e no bem-estar, para uma economia crescentemente desregulamentada, sob o controle do mercado e das políticas neoliberais. Essa transição resulta na “era da financeirização”, processo macroestrutural que se difunde em múltiplas escalas espaciais, como a urbana, com importantes impactos sobre os regimes urbanos.

Nesse contexto, a governança colaborativa constitui um conceito-chave para os propósitos teóricos e metodológicos apresentados pelos autores, facilitando a compreensão da dupla pressão presente nas cidades: de um lado, as forças da reestruturação financeiras e suas exigências de acumulação; e, de outro, as forças dos movimentos sociais pelo direito à cidade. Como parte da proposta teórica e metodológica, o artigo aponta para as possibilidades de um novo banco de dados sobre gestão urbana, nas cidades e metrópoles brasileiras, e para a elaboração de um perfil dos atores urbanos, visando a responder, de forma mais precisa, quem afinal governa as cidades no Brasil.

Os temas da regulação do Estado sobre a economia e do estado do bem-estar social são também abordados no artigo *Cidadania, participação social e mobilização política*, de Manuel Villaverde Cabral. O autor apresenta, no texto, importantes reflexões sobre os conceitos de cidadania e sociedade civil, enfocando a complexa formação do *welfare state*, após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, e as possibilidades do exercício da cidadania representativa, como garantia da democracia. Referindo-se a Portugal, mas sem deixar de considerar as transformações sociais que repercutiram nas novas práticas de cidadania no Brasil, nos Estados Unidos e em outros países da Europa, o autor apresenta uma história, não linear, da sociedade civil, especialmente por meio de suas teorizações. Segundo Villaverde Cabral, a sociedade civil em Portugal efetivou-se apenas em 25 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos: só então, cidadania e sociedade civil passaram a coincidir.

Um aspecto particularmente importante nesse artigo é a observação de que a cidadania nasce territorializada, o que apresenta um importante campo de reflexões sobre o direito à cidade. O autor inverte a ótica dominante ao apregoar que o “estado providência” é, na verdade, provido

pelos sujeitos – e não o contrário. Igualmente importante é a análise das principais referências teóricas sobre sociedade civil e cidadania, desde as origens dos conceitos, em Adam Ferguson e Alexis Tocqueville, até as reflexões mais contemporâneas de John Rawls e Jeffrey Alexander. Para o autor, no entanto, cabe a Robert Putnam a reconciliação entre cidadania e sociedade civil, a partir, sobretudo, do uso mais amplo do conceito de capital social. Por fim, destaca-se, do artigo, a reflexão sobre os efeitos deletérios da proteção social, como o clientelismo e o paternalismo, que revelam as múltiplas fases do binômio inclusão e exclusão social, especialmente em contexto de crise econômica.

O artigo *Parceria público-privada para construção de moradia popular: fundamentos institucionais para a expansão do mercado de habitação em São Paulo*, de autoria de Alvaro Luis dos Santos Pereira e Gabriel Maldonado Palladini, traz reflexões sobre as articulações entre Estado e mercado habitacional sob a conjuntura da ascensão do neoliberalismo e da formação de uma "nova economia institucional". Para os autores, essa conjuntura é marcada por mudanças e continuidades no modelo de política habitacional no estado de São Paulo. Os autores defendem que as Parcerias Público-Privadas (PPP) expressam uma agenda, teórica e prática, neoliberal. Nessa agenda, o público dá lugar ao privado, de modo que a gestão da política urbana passa a incorporar, de forma crescente, a lógica privada, os mecanismos de reprodução do mercado e seus impactos desiguais sobre a sociedade. Trabalhando com a metodologia do estudo de caso, os autores analisam PPPs de habitação da Região Central da cidade de São Paulo onde se localiza a primeira iniciativa de utilização de PPP para moradia popular. Enfatizam que a própria questão habitacional no Brasil é um entrave à formulação de políticas efetivas, dado que o acesso à moradia nunca foi assimilado como parte integrante do custo de reprodução da força de trabalho.

O último artigo deste volume da revista intitulado *Da "cidade integrada" à "favela como oportunidade": empreendedorismo, política e "pacificação" no Rio de Janeiro*, das autoras Lia de Mattos Rocha e Monique Batista Carvalho, trata de um tema de elevada importância para o estudo das tensões urbanas na cidade do Rio de Janeiro, as quais envolvem o controle, militar, comercial e ideológico, sobre o território. As autoras analisam as mudanças e as permanências na produção de novas sociabilidades nas favelas do Rio de Janeiro, após 10 anos de pacificação, realizando um trabalho etnográfico nas favelas em que há Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). À luz das reflexões sobre a acumulação capitalista no sistema urbano, analisam a conversão da cidade do Rio de Janeiro em *commodity*, focalizando as novas sociabilidades nas favelas cariocas, crescentemente baseadas em ações de empreendedorismo e nos mecanismos de mercado.

Para as autoras, o Rio de Janeiro caracteriza-se, hoje, como uma cidade-mercadoria consolidada, com a conversão até mesmo das regiões periféricas em espaços de valorização do capital. A transformação das favelas em mercadorias constituiu aspecto importante das transformações urbanas pelas quais passa a cidade, e a "pacificação" dessas áreas representou passo indispensável à concretização do referido processo. A partir de trabalho de campo nas favelas

com presença de Unidades de Polícia Pacificadora, as autoras apresentam trechos de entrevistas realizadas com diferentes atores da política urbana, discutindo a capacidade dessa ideologia em promover novas sociabilidades e novos usos desses territórios.

Esta apresentação dos textos, embora breve, evidencia a amplitude e a complexidade do material aqui reunido. Conforme assinalado no início, este número comemorativo será composto por dois volumes, considerando a possibilidade que tivemos de divulgar um excelente conjunto de textos sobre o tema proposto. Esperamos, dessa forma, atender às expectativas dos leitores, que fielmente nos têm acompanhado e, sobretudo, contribuído para a exitosa trajetória da revista.

Boa leitura!

Lucia Bógus  
Luiz César de Queiroz Ribeiro  
*Editores*